



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Relatório e Contas 2022



Futuro, esse só a Deus pertence, mas a vontade de fazer e empreender é bastante grande. Assim nos seja permitido concluir tudo aquilo que nos propomos fazer ...

Seja Bem-vindo à Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

Designação da Instituição: Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na direção geral da Segurança Social sob a inscrição nº25/85 no livro nº2 da Irmandades da Misericórdia, folhas 11 verso e 12, em conformidade com o Regulamento de registo das IPSS.

Pessoa Coletiva nº 501276890

Número de Identificação da Segurança Social: 20007589672

Morada da Sede: Rua Luís de Camões, 1033. 5140-080 Carrazeda de Ansiães

A Misericórdia de Carrazeda de Ansiães foi criada em 1930. Atualmente, e desde 1995 assume a Provedoria o Dr. Ricardo Manuel Paninho Pereira, contando com a colaboração dos seus cerca de 70 colaboradores distribuídos pelas diferentes respostas sociais:

Respostas Sociais	Nº Utentes com Acordos	Capacidade Real da Resposta
ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	48 utentes	50 utentes
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário	70 utentes	100 utentes
Centro de Dia	10 utentes	30 utentes
Creche	40 utentes	59 utentes
Pré-Escolar	41 utentes	50 utentes

Para além das Respostas Sociais / Valências protocoladas com a segurança social, esta Instituição tem ainda:

- ✓ Um Bairro Habitacional com 41 famílias
- ✓ Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4G, denominado CAUSA 4G - Carrazeda de Ansiães, Une e Socializa Apoiando, sendo um programa que abrange grupos sociais desfavorecidos, através da capacitação das famílias, da intervenção em grupos vulneráveis, no combate ao isolamento e solidão das pessoas idosas e no desenvolvimento da economia local.

Este projeto teve início em junho do ano 2020 e termina em 31 de maio de 2023, sendo possível uma prorrogação do mesmo.

- ✓ Mediadores Municipais Interculturais, candidatura desenvolvida em parceria com a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães (entidade coordenadora e beneficiária da operação) e Alma Tua (entidade mediadora).

O projeto pretende promover a integração e inclusão social, através do acesso dos grupos mais vulneráveis a ações de capacitação e promover o diálogo intercultural, através de ações de sensibilização capazes de criar pontes entre cidadãos e instituições, intervindo junto de diferentes grupos-alvo (indivíduos de etnia cigana, indivíduos imigrantes e população em geral). Este projeto teve início em novembro de 2021 e terminará em 30 de junho de 2023.

- ✓ POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas, que se baseia na aquisição e distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, sendo esta Instituição entidade mediadora do projeto e que no âmbito da presente candidatura realiza ações de acompanhamento, nomeadamente na seleção / distribuição de géneros alimentares, ações de

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

sensibilização à comunidade e famílias carenciadas e otimização da gestão do orçamento familiar. Este projeto abrange atualmente 100 famílias.

- ✓ Cantinas Sociais - Programa de Emergência Alimentar, que consiste na confeção de 8 refeições diárias protocoladas com a segurança social a pessoas carenciadas.



Nota Introdutória

Caros irmãos:

O ano de 2022 foi muito marcado pelo conflito da Rússia com a Ucrânia e por essa razão houve um agravamento da inflação que provocou um aumento dos custos quer fixos quer nos custos dos bens alimentares e energia de que a instituição necessita diariamente para o seu regular funcionamento. Se a epidemia nos anos anteriores nos trouxe alguns problemas no equilíbrio das contas da instituição, com o início da guerra estes problemas agravaram-se na medida em que esta pesou muito fortemente no aquecimento onde o gás natural que até aqui tinha preços muito competitivos, de um momento para o outro triplicou os seus custos chegando ao ponto de nos meses de junho, julho e agosto de 2022 o aumento dos preços Kwat/hora ter subido cerca de 300%. Isto implicou que para conseguir manter o controlo das contas da instituição, tivéssemos que fazer muitos ajustamentos e redirecionar as despesas por forma a equilibrar as contas do final do exercício. Também houve um agravamento muitíssimo grande nos produtos alimentares. Todos os produtos alimentares sofreram grandes aumentos, muito acima da inflação prevista de 8%. Nas últimas semanas a inflação dos produtos básicos da alimentação como os legumes, as frutas e o leite, têm estado acima dos 10% e como tal, no final de 2022 verificamos que pela primeira vez em muitos anos, apresentamos um saldo negativo não muito elevado e que obviamente poderemos recuperar se se mantiver a tendência de abaixamento da inflação neste tipo de produtos já referidos, mas

teremos de ter em conta o que se irá passar no decorrer deste ano de 2023. Temos esperanças de que será um ano de recuperação na medida em que a inflação tem vindo a diminuir e os produtos petrolíferos, em especial, o gás natural a estabilizar os preços dos mercados. Algumas medidas foram tomadas pelo governo para fazer face ao aumento do preço do gás, mas só agora irão ser aplicadas, como sejam as compensações na redução da faturação com o gás natural.

Mesmo mantendo estes custos acrescidos que temos tido, foi possível levar a efeito um aumento generalizado nos vencimentos de todos os colaboradores, acompanhando não só o ordenado mínimo imposto pelo governo, como também aumentando ligeiramente na mesma proporção os restantes vencimentos dos colaboradores na tabela que foi reconhecida e por nós posta em prática através da portaria de extensão número 274/2022 de 9/11 e que ajustar-se-á às tabelas da CNIS. Como tal foi possível contribuir para o equilíbrio da capacidade financeira dos nossos colaboradores e deste modo motivá-los para as tarefas exigentes de manter a qualidade dos serviços que são prestados aos nossos utentes. Todo o processo de obras de remodelação e requalificações, tem sido mantido no que respeita ao património da instituição e quanto à obra do novo lar ela continua o seu processo concursal público pois já terminámos a fase de consultas preliminares e será em breve colocado no portal dos concursos públicos de acordo com os requisitos da Lei. Neste concurso público vai-se verificar com certeza um aumento substancial do custo total da obra, iremos continuar a tentar encontrar apoios financeiros para a



obra, o que até agora se têm mostrado extremamente difícil, especialmente no que respeita ao PRR. Sem esta possibilidade resta-nos o financiamento bancário, o que nos levanta alguns constrangimentos financeiros na medida em que as taxas EURIBOR estão bastante elevadas e não podemos pôr em causa o equilíbrio financeiro da instituição.

Neste momento e em relação a 2022 foi efetuada a aquisição de uma viatura elétrica e vamos proceder a uma nova candidatura para mais uma viatura também elétrica afim de não só contribuir para o melhor ambiente e redução dos índices de carbono e ainda reduzir os custos com combustíveis.

No que respeita também a novos projetos efetuámos uma candidatura no âmbito da "Eficiência Energética em Edifícios de Serviços" para o Jardim de Infância que se encontra ainda em fase de apreciação e em breve iremos fazer uma nova candidatura no mesmo âmbito para o lar de Santa Águeda para substituição de portas, janelas e vidraças de modo a se obter uma maior e melhor eficiência energética. Outra candidatura já aprovada anteriormente e com o objetivo da Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais irá ser de imediato posta a concurso pois já foi rececionada a notificação de aprovação de autorização do início do processo de concurso público. Com a candidatura ao "Alargamento da rede de Equipamentos e Respostas Sociais", fica a esperança de um financiamento possível para a obra do "Novo Lar". Em resumo, nas contas de gerência do passado ano de 2022 foi registado um saldo negativo no montante de 55.113,21 €, que estão

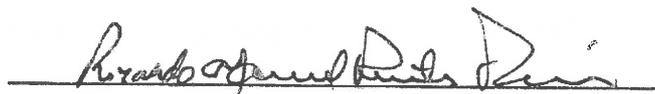


perfeitamente enquadráveis dentro das despesas extraordinárias efetuadas por força da inflação, como já foram explicadas e sobre as quais foram tomadas medidas de contenção para compensar as mesmas. As receitas foram reforçadas com a atualização do reembolso de serviços prestados que se encontravam desatualizados. Outro fator importante é o caso do jardim de infância onde ao nível da Creche e com a entrada em vigor do processo de gratuitidade vai-nos possibilitar a recuperação nas mensalidades cobertas pelos acordos com a Segurança Social. Esta reforma vai tornar possível o equilíbrio das contas no que respeita à Creche.

Por tudo isto resta-me agradecer toda a colaboração, quer dos irmãos da instituição na confiança que tem têm depositado em nós, mas também a todos os colaboradores da instituição que tem sabido merecer a nossa confiança pois têm exercido a sua atividade com competência e zelo, garantindo a qualidade dos serviços prestados, assim como, assegurando a qualidade e segurança das instalações postas ao serviço dos nossos utentes. Muito obrigado a todos os membros desta Assembleia e desejo um bom ano de 2023.

Carrazeda de Ansiães, 7 de março de 2023

O Provedor da Mesa Administrativa



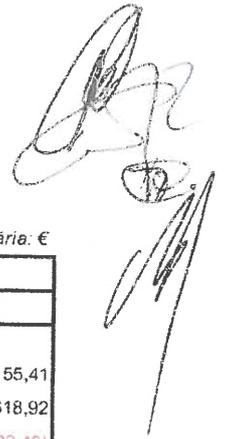
(Dr. Ricardo Manuel Paninho Pereira)

Balço Individual a 31/12/2022 e 31/12/2021

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 871 668,60	1 877 707,22
Bens do património histórico e cultural	4	82 415,90	82 415,90
Investimentos financeiros	12	31.060,45	28.849,53
		1.985.144,95	1.988.972,65
Ativo corrente			
Inventários	5	5 935,39	4 141,67
Créditos a receber	12	215.681,53	162.061,69
Estado e outros entes públicos	12	6.056,38	4.746,49
Fundadores/Benemeritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros	12	678,00	1 392,00
Diferimentos	12	4.514,97	8.938,50
Outros ativos correntes	12	199,23	1.003,81
Caixa e depósitos bancários	12	1.202.676,17	1.312.627,25
		1.435.741,67	1.494.911,41
Total do Ativo		3.420.886,62	3.483.884,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	8	76 316,07	76 316,07
Resultados transitados	8	2.663.397,73	2.570.671,19
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7,8	409.827,49	403.023,42
		3.149.541,29	3.050.010,68
Resultado líquido do período		(55 113,21)	92.726,54
Total dos Fundos patrimoniais		3.094.428,08	3.142.737,22
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	4.126,59	136.729,08
		4.126,59	136.729,08
Passivo corrente			
Fornecedores	12	6 548,64	2.855,62
Estado e outros entes públicos	12	25.370,55	23.707,52
Financiamentos obtidos	8	132.857,88	32.500,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	157.554,88	145.354,62
		322.331,95	204.417,76
Total do Passivo		326.458,54	341.146,84
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3.420.886,62	3.483.884,06

Demonstração Individual dos Resultados por natureza a 31/12/2022 e 31/12/2021



Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	+ 12	557.000,47	545.155,41
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 12	1.138.586,19	995.618,92
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(199.467,10)	(172.692,46)
Fornecimentos e serviços externos	- 11 ; 12	(500.080,94)	(333.346,75)
Gastos com pessoal	- 12	(1.080.899,53)	(993.363,29)
Outros rendimentos	+ 2 ; 7 ; 12	119.619,65	143.980,99
Outros gastos	- 12	(13.791,67)	(21.289,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	20.967,27	164.043,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 4	(75.741,03)	(70.818,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(54.773,76)	93.224,66
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 2		
Juros e gastos similares suportados (9)	-	(339,45)	(488,12)
Resultado antes de impostos	=	(55.113,21)	92.726,54
Resultado líquido do período	=	(55.113,21)	92.726,54

Demonstração Individual dos Resultados por funções a 31/12/2022 e 31/12/2021

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS										
	2021										2022
	ERP	SAD	CD	Creche	Pie	CLDS	Bairro Social	Capacidade Inclusão	Mediadores	CLDS4G	Total
Vendas e serviços prestados	316.896,41	130.390,80	10.928,00	41.003,70	45.936,50					545.155,41	550.002,97
Custo das vendas e dos serviços prestados	(459.876,59)	(267.434,00)	(18.341,12)	(185.006,47)	(1.492.246,97)					(1.166.075,75)	(1.278.834,33)
Resultado bruto	(142.980,18)	(137.043,20)	(7.413,12)	(144.002,77)	(1.037.310,47)					(620.920,34)	(728.831,36)
Outros rendimentos	385.608,98	230.019,56	14.099,31	158.178,29	107.858,01	515,80	62.569,73		3.251,52	1.139.599,91	1.264.403,54
Gastos de distribuição											
Gastos administrativos	(155.274,70)	(109.562,79)	(10.991,87)	(26.527,65)	(32.721,73)	(515,50)	(25.132,11)		(41.414,02)	(404.165,67)	(584.539,79)
Gastos de investigação e desenvolvimento											
Outros gastos	(221.219,34)									(21.290,24)	(6.607,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	66.134,56	43.381,91	(4.305,68)	(14.346,13)	(28.174,19)		30.605,83		(1,94)	93.224,66	(54.773,75)
Gastos de financiamento (líquidos)		(253,57)					(244,55)			(498,12)	(378,45)
Resultados antes de impostos	66.134,56	43.128,34	(4.305,68)	(14.346,13)	(28.174,19)		30.361,28		(1,94)	92.726,54	(55.152,21)
Imposto sobre o rendimento do período	-/+										
Resultado líquido do período	66.134,56	43.128,34	(4.305,68)	(14.346,13)	(28.174,19)		30.361,28		(1,94)	92.726,54	(55.152,21)

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa a 31/12/2022 e 31/12/2021

Unidade monetária, €

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	+	606.850,62	597.447,36
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(706.956,45)	(510.013,34)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.056.399,04)	(986.891,30)
Caixa gerada pelas operações	+/+	(1.156.506,87)	(899.457,28)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/+	1.094.581,22	950.917,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	(61.925,65)	51.460,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(72.641,62)	(38.099,24)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	(2.709,04)	(2.430,06)
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		2.000,00
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+	531,89	
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	17.500,00	8.024,48
Juros e rendimentos similares	+	139,58	317,85
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(57.179,19)	(30.186,97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	41.735,00	71.828,88
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(32.244,61)	(34.114,66)
Juros e gastos similares	-	(336,63)	(499,12)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	9.153,76	37.216,08
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(109.951,08)	58.489,63
Efeito das diferenças de câmbio	+/+		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/+	1.312.627,25	1.254.137,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/+	1.202.676,17	1.312.627,25

Exercício de 2022
01-01-2022 a 31-12-2022

Anexo

Nota prévia: os pontos constantes do texto publicado na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho e que fazem parte do Anexo 16 da mesma, o qual constitui o Anexo às contas a apresentar pelas entidades do setor não lucrativo, e que aqui não são retratados ou objeto de qualquer comentário, não têm aplicabilidade à instituição e/ou não são merecedores do mesmo por motivos de total irrelevância.

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

NIPC 501 276 890

NISS 20007589672

1.2 - Sede

A sede da instituição localiza-se na Rua Luís de Camões, 1033, 5140 - 080 em Carrazeda de Ansiães.

1.3 - Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividade principal o apoio social a idosos em lar e domicílio (CAE 87301).

Dispõe, também, de estabelecimentos de educação pré-escolar (CAE 85100), de atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910), de arrendamento (CAE 62200) e outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990).



2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 - *Principais políticas contabilísticas:*

a) *Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:*
As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é

material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- *Compensação*

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

- *Informação comparativa*

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.



As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

Investimentos financeiros

Com relevância para o caso, estes investimentos incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e um conjunto de títulos representativos de quotizações sobre o Crédito Agrícola. Em ambos os casos, a respetiva detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A valorização destes investimentos tem por base o Método do Custo.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).





Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2023.

No momento presente, entende-se que não existe um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano de 2023.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

3.3 - Alterações nas Estimativas Contabilísticas:

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores:

A correção de erros de períodos anteriores foi refletida, separadamente, numa conta de gastos e rendimentos do ano. As correções de tipo negativo, provocando a contabilização de gastos, ascenderam a 1.986,52 €; as correções de tipo positivo, provocando a contabilização de rendimentos, ascenderam a 4.015,11 €.

Estas correções conjugadas, não podendo ser consideradas materiais, provocaram um acréscimo no resultado do período igual a 2.028,59 €.

4 - Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis. No caso de ativos obtidos por doação (em 2012), o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade.

- Ver 3.1 b)

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas



Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural			Outros ativos fixos tangíveis				
		Obras de Arte	Outras		Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					50	6	5	4 a 6	4
Taxas de depreciação					2,00%	16,66%	20,00%	16,66 a 25%	25,00%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

d) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e*

e) *Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.*

(valores expressos em euros)

Contas autorizadas e movimentadas de período em aberto Fazs líquidos		Bens do domínio público		Bens do património histórico-artístico e cultural		Outros ativos finos tangíveis					Ativos finos líquidos em curso		Total	
				Obras de Arte	Outras	Terras e Recursos Naturais	Equipm. e Outros Construção	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Efeitos e Outros construção		
Em 31/12/2021	Quilómetros de estrada			4 499,67	77 916,23	10 919,91	2 548 235,76	596 593,14	279 076,94	171 503,65	10 152,70	287 021,63	3 926 919,40	
	Depositos acumulados						(965 267,81)	(520 567,40)	(291 481,29)	(163 963,75)	(8 349,29)		(1 949 630,55)	
	Perdas por impendidos acumulados													
	Quilómetros de estrada			4 499,67	77 916,23	10 919,91	1 583 147,93	10 631,71	17 815,26	7 519,94	1 803,43	287 021,63	2 030 475,94	
Movimentado período 2021	Adições	Financiadas					4 371,70	18 331,60	16 930,00	2 324,63			41 958,14	
		Edificação e obras de demolição e reparação												
		Trabalhos para a conservação												
		Outras												
	Reversões	Aumento de reservas												
		Decreimentos por reversões												
	Transferências	De outras fazs tangíveis do mesmo												
		Outras												
	Cotizações	Aquisições								(14 560,81)				
		Abonos												
		Outras												
	Reversões	Aumento de depreciações						(50 891,84)	(7 228,17)	(12 166,84)	(584,03)	(1 547,14)		(70 418,02)
		Transferências de depreciações												
		Reversões de depreciações												
Perdas por impendidos	Aumento de perdas por impendidos													
	Reversões de perdas por impendidos													
Em 31/12/2022	Quilómetros de estrada			4 499,67	77 916,23	10 919,91	2 552 007,48	594 804,73	281 445,74	173 826,46	10 152,70	275 130,63	3 911 458,74	
	Depositos acumulados						(933 531,84)	(533 786,37)	(257 096,13)	(164 967,74)	(82 312,33)		(1 967 704,41)	
	Perdas por impendidos acumulados													
	Quilómetros de estrada			4 499,67	77 916,23	10 919,91	1 619 075,63	21 135,16	24 346,82	8 260,72		275 130,63	1 950 123,12	
Movimentado período 2022	Adições	Aquisições					12 286,47	10 315,84	31 650,00			8 150,00	69 762,41	
		Edificação e obras de demolição e reparação												
		Trabalhos para a conservação												
		Outras												
	Reversões	Aumento de reservas												
		Decreimentos por reversões												
	Transferências	De outras fazs tangíveis do mesmo												
		Outras												
	Cotizações	Aquisições												
		Abonos												
		Outras												
	Reversões	Aumento de depreciações						(81 101,87)	(10 173,11)	(13 432,54)	(441,33)	(156,36)		(107 145,21)
		Transferências de depreciações												
		Reversões de depreciações												
Perdas por impendidos	Aumento de perdas por impendidos													
	Reversões de perdas por impendidos													
Em 31/12/2022	Quilómetros de estrada			4 499,67	77 916,23	10 919,91	2 564 693,96	574 240,66	310 095,74	175 626,46	10 152,70	281 280,63	4 011 128,15	
	Depositos acumulados						(944 541,37)	(543 962,68)	(275 951,76)	(185 906,08)	(82 968,50)		(1 954 040,39)	
	Perdas por impendidos acumulados													
	Quilómetros de estrada			4 499,67	77 916,23	10 919,91	1 569 252,44	30 277,67	42 533,99	8 619,37		281 280,63	1 654 054,51	

Os valores inscritos em "Depreciações e perdas por imparidade acumuladas" dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade nos dois períodos relatados.

5 - Inventários:

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico		✓			
Custo corrente							
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
		Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
	Custos de conversão (produção)	Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
Técnicas de mensuração do custo	Custo padrão regularmente revistos						
	Outras		✓				
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado		✓				

5.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2022	Inventários armazenados na entidade		5.935,39	5.935,39				5.935,39
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			5.935,39	5.935,39				5.935,39
31.12.2021	Inventários armazenados na entidade		4.141,67	4.141,67				4.141,67
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			4.141,67	4.141,67				4.141,67

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via do seu consumo interno.

6 - Rendimentos e Gastos:

6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do crédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do crédito possa ser fiavelmente mensurada;

· seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

6.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais

Sendo certo que todos os anos a entidade recebe donativos, em dinheiro ou géneros, a verdade é que o quantitativo destes foge completamente ao controlo da mesma. Neste sentido, a dimensão desta categoria de rendimentos é excecional com relação a cada período de relato.

Em 2022 o valor total dos donativos ascendeu a 42.123,12 €.

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2022					2021				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (data: rendimentos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (data: rendimentos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (diferenças)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (diferenças)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com alunos	CLDS	515,80	17 700,77			515,80	18 216,57					
	Adapter Social+	142,14	6 680,57			142,14	6 822,71					
	ISD 2020	304,77	9 085,69			304,77	9 390,46					
	ISD 2021	749,70	3 000,60			749,70	3 750,30					
	Doação espócie	386,00	15 444,00			386,00	15 840,00					
	INH	10 205,80	306 173,64			10 205,81	316 379,74					
	MASES	861,72	31 741,92			861,72	32 623,64					
	FRR	5 000,00	20 000,00									
		18 159,93	409 827,49			13 185,94	403 023,42					
	Subsídios relacionados com voluntários	ERFI	305 463,12				255 341,26					
		SAD	295 383,79				256 499,06					
		CD	16 824,52				14 067,51					
		Orscho	178 323,17				154 992,68					
		Pré-escolar	107 096,16				106 777,60					
		Cantina Social	6 357,50				2 745,00					
		Vagas Sociais	20 272,96				22 161,34					
		Serg. Social - Outros	1 549,56									
		CAUSA 4G	139 689,98				117 498,71					
IEFP		3 786,19				26 920,28						
POAPUC		3 713,77				3 169,24						
CMCA		35 267,54				31 166,95						
IAPMEI		1 736,00				3 464,55						
Mulheres		32 690,62										
Vital A3		211,31										
	1 135 586,10				995 104,56							
Reembolsáveis												
Totais	1 130 506,19	18 195,95	409 827,49		995 104,56	13 185,94	403 023,42					

8 - Instrumentos financeiros:

8.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro / passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A entidade não dispõe de Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, sendo que as suas unidades de participação detidas no Fundo de Compensação do Trabalho,

contabilizadas em Investimentos Financeiros, também não se encontram mensuradas segundo este critério.

8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas	76.316,07			76.316,07
Reservas legais				
Outras reservas	76.316,07			76.316,07
Resultados transitados	2.570.671,19		92.726,54	2.665.397,73
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	403.023,42	(18.195,93)	25.000,00	409.827,49
Subsídios				
Doações				
Outras				

8.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

As dívidas estão relacionadas com um financiamento bancário contraído em fevereiro de 2008, pelo prazo de dezanove anos, cujo valor em dívida a 31/12/2022 ascende a 129.208,03 €. A Mesa Administrativa pretende, no entanto, no decorrer do ano 2023, amortizar o valor total do empréstimo.

b) Quantia das dívidas com duração residual inferior a 5 anos e superior a 1 ano:

A única dívida nestas condições está relacionada com um contrato de leasing, com data de 25 de janeiro de 2021, pelo período de 48 meses, cujo valor em dívida a 31/12/2022 ascende a 7.776,44 €.

c) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A entidade não tem prestadas quaisquer garantias reais contra financiamentos bancários ou quaisquer outras dívidas.

8.4 – Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Todas as dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço têm duração residual menor ou igual a um ano.

Acrescenta-se que à data do Balanço não se encontram contabilizadas quaisquer perdas por imparidade respeitantes a dívidas à entidade, por se entender que não existem, nessa data (e nesta), riscos de incobrabilidade, pelo que o valor bruto dessas dívidas é igual ao seu valor líquido.

Aliás, não existem imparidades com relação a quaisquer ativos ou passivos financeiros da entidade.

8.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Com exceção do apontado na alínea b) e das considerações expostas na alínea a), ambas do ponto 8.3, todas as dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço têm duração residual menor ou igual a um ano.

9 - Benefícios dos empregados.

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

Colaboradores durante o período	2022		2021	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	70	70	70	70
Cooperantes				
Voluntários	4	4	4	4



Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados. Em simultâneo, não existem por parte da entidade com relação a tais membros:

- Compromissos existentes em matéria de pensões;
- Quantias adiantadas e/ou créditos concedidos;
- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza.

Em 2023 a Mesa Administrativa (Direção) é constituída por cinco elementos efetivos e dois suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e dois suplentes. Durante o ano de 2022 o número de elementos e a composição dos órgãos sociais não sofreu alteração.

10 — Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

11.1 - Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores.

11.2 - Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Pelos serviços prestados durante o período de 2022, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 2.850,00 €, mais IVA.

12 – Outras divulgações

12.1 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

12.1.1 - Detalhe da rubrica de Investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros detidos pela entidade incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (no valor de 31.060,45 €), um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo, sem risco de capital, depositadas na banca comercial (20.000,00 €) e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (no valor de 540,57) €.

12.1.2 - Posição dos saldos das contas de Caixa, Depósitos à ordem e outros depósitos bancários

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2022			31.12.2021		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário						
	...						
	Subtotais						
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	569.469,98		569.469,98	679.421,06		679.421,06
	Outros depósitos bancários	633.206,19		633.206,19	633.206,19		633.206,19
	...						
	Subtotais	1.202.676,17		1.202.676,17	1.312.627,25		1.312.627,25
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		1.202.676,17		1.202.676,17	1.312.627,25		1.312.627,25

12.1.3 - Posição dos saldos das rubricas de Créditos a receber, fornecedores e outros passivos correntes.

(valores expressos em euros)

Detalhe das rubricas Créditos a Receber, Fornecedores e Outros passivos correntes	31.12.2022	31.12.2021
Créditos a receber (Ativo)	215.681,53	163.065,50
Cientes	21.343,84	29.580,71
Outos devedores	7.540,29	1.003,81
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	186.797,40	132.480,98
Fornecedores (Passivo)	6.548,64	2.855,62
Outros passivos correntes (Passivo)	157.554,88	145.354,62
Pessoal		
Fornecedores de investimentos	15.238,96	15.238,96
Credores por acréscimos de gastos	142.211,56	130.115,66

12.1.4 - Posição dos saldos da conta Estado e Outros Entes Públicos.

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos		(4 811,18)	(4 911,18)		(5 119,38)	(5 119,38)
Imposto sobre o valor acrescentado	6 056,36		6 056,36	4 746,49		4 746,49
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social		(20 212,91)	(20 212,91)		(18 362,79)	(18 362,79)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações		(246,44)	(246,44)		(225,35)	(225,35)
Totais	6 056,36	(25 370,53)	(19 314,17)	4 746,49	(23 707,52)	(18 961,03)

12.1.5 - Posição dos saldos das contas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2022	Período 2021	
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar	20.614,44	20.564,64
		IEFP	3.786,19	1.681,35
		Vagas Sociais	3.882,32	3.368,78
		CMCA - Recursos Humanos CAC	5.589,97	1.814,47
		POAFMC	0,00	1.260,00
		Cantinas Sociais	620,00	1.517,50
		CLDS 4G	121.290,71	97.600,16
		Mediadores Municipais	25.475,44	3.251,52
		Gratuidade Creche		1.222,00
		CAC - Verbas CMCA	3.717,92	
		Seg. Social	1.820,41	0,00
	Totais	186.797,40	132.280,42	
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	142.211,56	130.115,66
Totais		142.211,56	130.115,66	
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	4.514,97	8.938,50
		Totais	4.514,97	8.938,50
	Rendimentos a reconhecer		0,00	0,00
Totais		0,00	0,00	

12.1.6 - Detalhe da conta *Gastos com o Pessoal*.

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2022	Período 2021
Remunerações do pessoal	861.202,08	803.983,80
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	185.639,67	168.357,74
Seguro de acidentes de trabalho	25.738,30	16.749,82
Outros gastos com o pessoal	8.319,48	4.291,93
Remunerações adicionais		
Outros		
Totais	1.080.899,53	993.383,29

12.1.7 - Detalhe da conta *Fornecimentos e Serviços Externos*

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2022	Período 2021
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	62.136,35	29.163,51
	Publicidade e propaganda	1.041,89	1.366,55
	Vigilância e segurança	2.630,52	959,62
	Honorários	5.938,08	5.938,08
	Comissões		
	Conservação e reparação	19.389,82	19.184,89
	Outros		
Totais		91.136,66	56.612,65
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19.972,28	19.971,67
	Livros e documentação técnica		36,00
	Material de escritório	7.152,56	3.926,21
	Artigos para oferta	5.679,42	6.790,54
	Outros	5.949,39	4.585,37
Totais		38.753,65	35.309,79
Energia e fluidos	Electricidade	34.690,23	30.234,41
	Combustíveis	223.753,81	109.579,50
	Água	2.442,88	1.666,82
	Outros	55,35	
Totais		260.942,27	141.480,73
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	478,35	341,19
	Transportes de pessoal	157,05	104,10
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		635,40	445,29
Serviços diversos	Rendas e alugueres	18.614,70	11.296,36
	Comunicação	5.545,94	4.882,21
	Seguros	6.118,17	6.428,66
	Royalties		
	Contencioso e notariado	271,71	40,00
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	50.707,70	49.464,71
	Outros serviços	27.354,74	27.386,35
Totais		108.612,96	99.498,29
Totais		500.080,94	333.346,75

12.1.8 - Detalhe do Rédito

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2022			2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	557 000,47	99,97%	2,17%	545 155,41	99,94%	
Juros	139,58	0,03%	(56,09%)	317,55	0,06%	
Royalties						
Dividendos						
Totais	557 140,05	100,00%	2,14%	545 473,26	100,00%	

2020	
Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
526.856,87	99,86%
749,55	0,14%
527.608,42	1,00

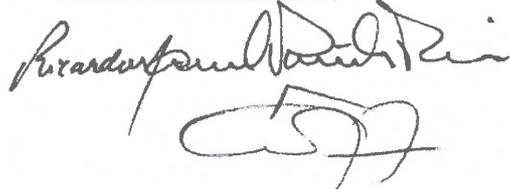
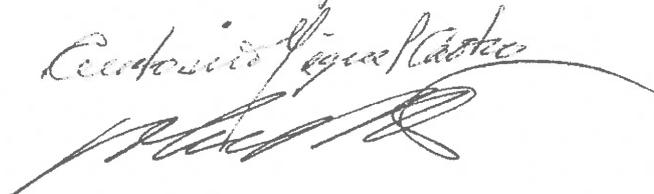
12.1.9 - Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos em 2022

12.1.10 - Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2022	Período 2021	Outros gastos		Período 2022	Período 2021
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos		
	Aluguer de equipamento	54 281,30	52 475,03		Impostos indiretos	176,18	
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		625,00
	Royalties						
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas						
	Outros rendimentos suplementares	175,01	1 044,11				121,02
Totais		54 456,31	53 520,04	Totais		176,18	946,02
Descontos de pronto pagamento obtidos				Descontos de pronto pagamento concedidos			
Recuperação de dívidas a receber				Dívidas incoibráveis		7 184,52	
Ganhos em inventários	Sinistros			Perdas em inventários	Sinistros		
	Sobras		297,00		Quebras		
	Outros ganhos				Outras perdas		
Totais			297,00	Totais			
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações		2 000,00	Gastos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros		719,39		Sinistros		
	Outros rendimentos				Abates		
Totais			2 719,39	Totais			
Outros	Correções relativas a períodos anteriores	4 015,11	1 880,00	Outros	Correções relativas a períodos anteriores	1 956,52	16 314,64
	Imputação de subsídios para investimentos	16 195,93	13 195,93		Donativos		
					Quotizações	600,00	600,00
	Restituição de impostos				Oferas e amostras de inventários		
	Excesso de estimativa para impostos				Insuficiência de estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	42 812,92	72 109,88		Outros não especificados	3 844,45	3 428,38
Totais		66 023,96	87 185,81	Totais		6 430,97	20 343,22
Totais		119 480,27	143 663,14	Totais		13 791,87	21 289,24

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



221829717

88597



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, designadamente o disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 31º dos Compromissos da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, foi submetido à apreciação deste Conselho Fiscal o “Relatório e Contas” da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, do exercício de 2022.

Parecer

Somos de opinião que o Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, referentes ao ano de 2022, sejam aprovados. -----

Carrazeda de Ansiães, 22 de março de 2023

O Conselho Fiscal

João Manuel Pires

António Júlio Samorinha

Manuel Claudino Alves

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 853

Inscrito na CVIAl sob o número 20166479

Contribuinte n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.420.886,62 € e um total de fundos patrimoniais de 3.094.428,08 €, incluindo um resultado líquido negativo de 55.113,21 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Económicas*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMM sob o número 20160479*

Contribuinte n.º 144 315 157

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMM sob o número 20160470

Contribuinte n.º 444 315 157

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Contudo, entendemos que o mesmo deveria conter um pouco mais de informação, na perspetiva da dissecação da informação quantitativa mais importante contida nas Demonstrações Financeiras.

Carrazeda de Ansiães, 22 de março de 2023



António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855

